

AUTODECLARAÇÃO RURAL

Eu, _____, brasileiro(a),
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____,
CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na
zona rural do Município de _____,
Estado _____, declaro para os devidos fins, sob as penas da lei, que:

1. Sou trabalhador(a) rural, exercendo atividade agrícola, pecuária, extrativista,
pesqueira artesanal ou outra atividade típica do meio rural, em regime de
economia familiar, na propriedade localizada em:

2. A área onde exerço minha atividade rural possui a extensão de aproximadamente
_____ hectares, destinada à produção familiar e subsistência, sem
finalidade comercial industrial ou urbana.

3. Resido e trabalho na propriedade rural supracitada de forma contínua e habitual,
dedicando-me integralmente às atividades rurais nela desenvolvidas.

4. Declaro que não possuo vínculo empregatício urbano, não exerço atividade
profissional diversa da agricultura familiar, nem recebo remuneração decorrente
de emprego formal na cidade.

5. Esta declaração é feita para fins de comprovação da condição de trabalhador(a)
rural junto a órgãos públicos, instituições financeiras, previdenciárias e demais
entidades que exigem tal comprovação, bem como para outros fins legais.

6. Estou ciente de que a falsidade desta declaração sujeita-me às sanções penais
previstas no Código Penal Brasileiro, além de responsabilização civil e administrativa.

Local: _____

Assinatura: _____

Observações adicionais:

Testemunhas:

1. Nome: _____ **RG:** _____

Assinatura: _____

2. Nome: _____ **RG:** _____

Assinatura: _____

Documento elaborado sem datas para preenchimento posterior pelo usuário.

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/autodeclaracao-rural/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.